

Audiência 23 de março 2021

Exma Senhora Presidente Dra Ana Paula Vitorino, senhoras e senhores deputados,

Agradeço ao Grupo Parlamentar do PSD a possibilidade de dar voz às principais preocupações dos museus e profissionais de museus que o ICOM Portugal representa

Congratulo-me com a aprovação do Projeto de Resolução nº 819/XIV/2ª que pede a afetação à Cultura de pelo menos 2% do Plano de Recuperação e Resiliência

É incompreensível para todos a ausência da Cultura nesse Plano.

Através de um eixo próprio ou incluído nos 3 eixos definidos, o Património Cultural que foi tão afetado, e contudo demonstrou ser fundamental no ultrapassar de uma situação singular, não pode estar ausente de um plano que visa reconstruir e reforçar o tecido material e imaterial da sociedade portuguesa.

É incompreensível que o Ministério da Cultura não tenha defendido linhas específicas de financiamento e insista numa transversalidade que, sendo inegável, redunde na diluição dos interesses específicos da área.

O ICOM Portugal respondeu à Consulta pública com propostas concretas:

- que pelo menos 5% dos postos de trabalho qualificado previstos sejam adstritos à área dos museus e monumentos;

- a oferta de um “Cheque Cultura” de 500 euros a todos os jovens que completam 25 anos, não através de entradas gratuitas que não revertem em verbas para os promotores (museus, monumentos, cinema, concertos, livros, teatros), mas com transferência efetiva de verbas para os agentes do Património Cultural,
- uma linha específica de financiamento para recuperação de património classificado, imóvel e móvel, público ou privado, direccionado prioritariamente para territórios de baixa densidade,
- a instalação em todos os espaços patrimoniais abertos ao público, sobretudo nos que se localizam fora dos grandes centros urbanos, de postos de carregamento/abastecimento para veículos automóveis ligeiros e pesados de passageiros;
- uma linha específica de financiamento para recuperação de património cultural natural, nomeadamente jardins e parques históricos, promovendo a parceria entre os vários níveis de ensino, designadamente na vertente profissionalizante, e as instituições/agências de conservação da natureza e recursos naturais;
- incluir os museus públicos e privados na desejável meta de eficiência e sustentabilidade energética e prevenção contra riscos (designadamente cataclismos naturais), conjugando tecnologias inovadoras com práticas ancestrais,
- no âmbito da ‘desmaterialização das aprendizagens’, uma linha de investimento para a qualificação das equipas dos museus e respetivas redes tecnológicas,

- que no contexto da modernização da oferta de ensino e formação profissional, seja atribuída ao Plano Nacional das Artes a verba para operacionalizar um projeto que não dispõe de dotação
- incluir os museus no esforço de digitalização da Administração Pública central, regional e local, sem excluir o apoio a instituições privadas detentoras de Património classificado.
- o reforço do PROMUSEUS direcionado para programas no âmbito do desenvolvimento social – registamos com agrado ter sido lançado ontem o programa correspondente a 2021

A Cultura em geral e o Património Cultural em particular sofre de subfinanciamento crónico há mais de uma década.

Após um processo continuado de aposta e aprovação de documentos estruturantes, como a Lei Quadro do Património e a Lei Quadro dos Museus, ainda não completamente implementados, assiste-se há mais de uma década à degradação crescente das equipas, dos edifícios, dos recursos de forma geral.

Ex MNAA porque alberga algumas das mais importantes colecções nacionais, com graves lacunas sistemas de segurança, climatização...e dramática falta de recursos humanos, a exemplo da maioria dos museus a nível nacional.

No entanto

- as instituições de património cultural são dos principais promotores e dinamizadores de uma cidadania consciente e empenhada

- o turismo cultural provou ser uma das grandes mais valias do destino Portugal.

A publicação do decreto-lei da autonomia dos museus nacionais e a criação do Grupo de trabalho Museus no Futuro fizeram renascer a esperança

Contudo passados quase 2 anos a autonomia não avançou, alegando os concursos em curso e a falta de recursos provocada pela pandemia. Os museus cada vez têm menos autonomia e capacidade de responder às necessidades aflitivas de reforço e qualificação de equipas e recursos técnicos, de obras nos edifícios, obviamente falta de capacidade de resposta às inevitáveis exigências da revolução digital e ambiental.

A paralisia da Rede Portuguesa de Museus reflecte estas dificuldades na totalidade do tecido museológico nacional.

A anunciada transferência das DR Cultura para as CCDR coloca novos problemas gravíssimos a que o Ministério da Cultura se declara alheio, não acautelando ou preparando minimamente uma alteração no quadro administrativo com profundas implicações patrimoniais.

Exemplo desta situação é a ausência, realçada pelo Relatório GTMF, de acompanhamento e avaliação das transferências já efectuadas de museus da esfera da administração central do Estado para autarquias Aveiro, Castelo Branco, Guarda....no momento em que se preparam novas transferências.

E, para terminar, de novo reforçar a primeira e constante preocupação com a falta de profissionais nos museus:

- técnicos superiores especializados nas áreas da Museologia, da Conservação, da Educação, da Comunicação....
- assistentes técnicos e operacionais com concursos que ficam vazios devido a pouca atratividade de uma carreira com salários muito baixos, com obrigação de trabalhar fins de semana e feriados

Maria de Jesus Monge

Presidente da direção